

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A (“Sociedade”), é uma Sociedade Anônima domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Sociedade possui capital aberto desde 1980.

A Sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

A Sociedade apresenta as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de pelo custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Sociedade declara que procedeu à revisão, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao 4º trimestre de 2013, e com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, encaminhando, em seguida, para o Conselho de Administração, que autorizou a sua emissão em 26 de março de 2014.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto de outra forma mencionado.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros da Sociedade são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos e encargos incorridos, os quais se aproximam do seu valor justo.

Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados em:

a) Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Sociedade. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

A Administração entende que ativos e passivos financeiros demonstrados estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo.

Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Sociedade.

Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis

para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

3.2. Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2013	31/12/2012
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99,31	96.63

3.3. Imobilizado

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Sociedade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota Explicativa nº12.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indicio de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.5. Instrumentos financeiros passivos

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a Contribuição Social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

3.7. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 20.

3.8. Reconhecimento de receita

A mensuração das receitas está registrada através do método da proporção do serviço.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.10. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18.

3.11. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.12. Novas normas, alterações e interpretações de normas.

3.12.1 Tópicos cujas normas e interpretações são válidas a partir de 1º de janeiro de 2013

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, não aplicáveis em 2012 e que entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, conforme a seguir:

- CPC 18 (R2) / IAS 28 (IASB - BV 2012)

Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 18 é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

- CPC 46 / IFRS 13 (IASB - BV - 2012)

Mensuração do Valor Justo

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 46 é: (a) definir valor justo; (b) estabelecer em um único Pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (c) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- CPC 36 (R3)/ IFRS 10 (IASB - BV - 2012)

Demonstrações Consolidadas

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

- CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV - 2012)

Divulgação de Participações em Outras Entidades

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 45 é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- CPC 19 (R2) / IFRS 11 (IASB - BV - 2012)

Negócios em conjunto

A revisão do CPC 19 contempla ainda a alteração de seu nome original CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) para CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013.

- CPC 33 (R1 / IAS 19 (IASB - BV - 2012)

Benefícios a Empregados

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 33 é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

3.12.2 Tópicos cujas normas e interpretações são válidas a partir de 1º de janeiro de 2014.

Algumas normas, emendas e interpretações do IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2013, e que poderiam afetar a Companhia, são elas:

- IFRIC 21 - Orientações sobre o reconhecimento de um passivo oriundo de uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quanto aquelas em que a data e o valor da taxa são certos. Vigência 01/01/2014;
- IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros: Vigência 01/01/2014;
- IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração direito de novação de derivativos e *hedge accounting* (emendas IAS 39): Introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura dos instrumentos financeiros derivativos: Vigência 01/01/2014;
- Emenda da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência: 01/01/2014;

3.13. Pronunciamentos e interpretações adotadas a partir de 2013

Dos pronunciamentos listados acima, o único que impactou nas demonstrações contábeis da Sociedade foi o Pronunciamento Técnico CPC 19, que define controle em conjunto e exige que a entidade que seja parte integrante de negócio em conjunto determine o tipo de negócio em conjunto com qual está envolvida por meio de avaliação de seus direitos e obrigações e contabilize esses direitos e obrigações conforme esse tipo de negócio em conjunto.

- operação em conjunto (joint operation): negócio em conjunto segundo qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A entidade celebra uma transação da qual ela reconhece o resultado decorrente dessa transação somente na extensão de suas participações.
- ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture): negócio em conjunto segundo qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos líquidos relacionados ao negócio. A entidade reconhece o seu investimento no empreendimento através de método de equivalência patrimonial

A principal mudança deu-se nas demonstrações contábeis em seus negócios em conjunto listados abaixo, onde seus ativos e passivos que eram registrados em uma única rubrica proporcionalmente passaram a ser reconhecido em rubricas distintas, classificados como joint operation.

Negócio em Conjunto	Percentual
Consórcio SGP	34%
Consórcio PSG	33%
Consórcio Sondotécnica-Quanta-Engevix	45%
Consórcios Sondotécnica-Cobrape-CH2M	42%
Consórcio BR 101	20%
Consórcios Grupo Consultor 5	25%
Consórcios Projectus-Sondotécnica	33%
Consórcios Supervisor Linha Esmeralda	20%

Para os demais Consórcios vigentes a Sociedade adota integralmente os preceitos constantes no Pronunciamento Técnico CPC 19.

3.14. Ajuste das demonstrações contábeis com intuito comparabilidade

Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início mais antigo apresentados.

As demonstrações contábeis foram ajustadas para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício em 31 de dezembro de 2012 e às demonstrações dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2012, os ajustes não geram efeitos nas demonstrações de resultado no exercício findo de 31 de dezembro de 2012 e no exercício findo 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação nessas informações:

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		
	Apresentado 31/12/2012	Ajuste CPC 19	Reapresentado 31/12/2012
ATIVO			
CIRCULANTE	197.050	5.954	203.004
Caixa e equivalente de caixa	4.006	829	4.835
Títulos para negociação	14.104	207	14.311
Precatórios mantidos até o vencimento	3.168	-	3.168
Clientes	153.607	7.343	160.950
Serviços a Faturar	16.451	-	16.451
Estoques	65	-	65
Contas a Receber	3.563	(2.463)	1.100
Impostos a Recuperar	1.685	-	1.685
Despesas do Exercício Seguinte	401	38	439
NÃO CIRCULANTE	24.708	48	24.756
Clientes	1.807	-	1.807
Cauções	67	-	67
Depósitos judiciais	1.045	-	1.045
IR e Contribuição Social Diferidos	7.241	-	7.241
Investimentos financeiros	7.252	-	7.252
Investimentos	2.890	-	2.890
Imobilizado	3.715	48	3.763
Intangível	691	-	691
TOTAL DO ATIVO	<u>221.758</u>	<u>6.002</u>	<u>227.760</u>
	Controladora		
	Apresentado 31/12/2012	Ajuste CPC 19	Reapresentado 31/12/2012
PASSIVO			
CIRCULANTE	69.225	6.002	75.227
Fornecedores	2.113	61	2.174
Salários e Encargos Sociais	508	38	546
Impostos a Recolher	6.937	595	7.532
Contas a Pagar	27.316	4.735	32.051
Dividendos/JCP a pagar	28.641	-	28.641
Provisões de Férias	3.710	573	4.283
NÃO CIRCULANTE	7.920	-	7.920
Parcelamento de impostos	1.320	-	1.320
IR e Contribuição Social Diferidos	4.875	-	4.875
Ações Tributárias	10	-	10
Provisão para Passivos Contingentes	1.715	-	1.715
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144.613	-	144.613
Capital Social	17.100	-	17.100
Reserva de Lucros	128.201	-	128.201
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(138)	-	(138)
(-) Ações em Tesouraria	(550)	-	(550)
TOTAL DO PASSIVO	<u>221.758</u>	<u>6.002</u>	<u>227.760</u>

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
	31/12/2012	CPC 19	31/12/2012
ATIVO			
CIRCULANTE	198.312	5.954	204.266
Caixa e equivalente de caixa	4.691	829	5.520
Títulos para negociação	14.466	207	14.673
Precatórios mantidos até o vencimento	3.168	-	3.168
Clientes	153.607	7.343	160.950
Serviços a Faturar	16.451	-	16.451
Estoques	67	-	67
Contas a Receber	3.563	(2.463)	1.100
Impostos a Recuperar	1.891	-	1.891
Despesas do Exercício Seguinte	408	38	446
NÃO CIRCULANTE	23.477	48	23.525
Clientes	1.807	-	1.807
Cauções	67	-	67
Depósitos judiciais	1.045	-	1.045
IR e Contribuição Social Diferidos	7.241	-	7.241
Investimentos financeiros	8.911	-	8.911
Imobilizado	3.715	48	3.763
Intangível	691	-	691
TOTAL DO ATIVO	221.789	6.002	227.791

	Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
	31/12/2012	CPC 19	31/12/2012
PASSIVO			
CIRCULANTE	69.243	6.002	75.245
Fornecedores	2.129	61	2.190
Salários e Encargos Sociais	508	38	546
Impostos a Recolher	6.938	595	7.533
Contas a Pagar	27.317	4.735	32.052
Dividendos/JCP a pagar	28.641	-	28.641
Provisões de Férias	3.710	573	4.283
NÃO CIRCULANTE	7.920	-	7.920
Parcelamento de impostos	1.320	-	1.320
IR e Contribuição Social Diferidos	4.875	-	4.875
Ações Tributárias	10	-	10
Provisão para Passivos Contingentes	1.715	-	1.715
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144.626	-	144.626
Capital Social	17.100	-	17.100
Reserva de Lucros	128.201	-	128.201
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(138)	-	(138)
(-) Ações em Tesouraria	(550)	-	(550)
Participação Minoritária	13	-	13
TOTAL DO PASSIVO	221.789	6.002	227.791

Demonstração do Fluxo de Caixa

períodos findos em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Apresentado	Ajuste	Controladora
	31/12/2012	CPC 19	Reapresentado
			31/12/2012
Atividades operacionais			
Lucro Líquido do exercício	103.390	-	103.390
Ajustes:			
Resultados de Participações em Investimentos	971	-	971
Depreciação e Amortização	1.102	-	1.102
Variação Cambial sobre investimentos	(287)	-	(287)
Reversão do juros sobre capital próprio	(3.500)	-	(3.500)
	101.676	-	101.676
Variação de Ativos e Passivos Operacionais:			
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(123.109)	(7.343)	(130.452)
(Aumento) Redução no estoque	4	-	4
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(7.966)	1.657	(6.309)
Aumento (Redução) de Impostos, Taxas e Contribuições	1.088	595	1.683
Aumento (Redução) Outros Passivos	31.837	5.969	37.806
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(98.146)	878	(97.268)
Atividades de investimentos			
Dividendos recebidos contra Investimento	-	-	-
Valor Bens Baixados do Investimentos	7	-	7
Valor Bens Baixados do imobilizado	3	-	3
Pagamento pela Aquisição de Imobilizado	(570)	(49)	(619)
Pagamento pela Aquisição de Intangível	(80)	-	(80)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(640)	(49)	(689)
Atividades de financiamentos			
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Acionistas	(3.794)	-	(3.794)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	261	-	261
Ajuste do exercício anterior	(266)	-	(266)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(3.799)	-	(3.799)
Diminuição (aumento) em caixa equivalentes	(909)	829	(80)
Variação Líquida das Disponibilidades	(909)	829	(80)
Saldo inicial das Disponibilidades	4.915	-	4.915
Saldo Final das Disponibilidades	4.006	829	4.835

Demonstração do Fluxo de Caixa

períodos findos em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Apresentado	Ajuste	Consolidado
	31/12/2012	CPC 19	Reapresentado
			31/12/2012
Atividades operacionais			
Lucro Líquido do exercício	103.390	-	103.390
Ajustes:			
Resultados de Participações em Investimentos	-	-	-
Depreciação e Amortização	1.102	-	1.102
Variação Cambial sobre investimentos	(67)	-	(67)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Reversão do juros sobre capital próprio	(3.500)	-	(3.500)
Participação Minoritária	-	-	-
	100.925	-	100.925
Variação de Ativos e Passivos Operacionais:			
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(123.109)	(7.343)	(130.452)
(Aumento) Redução no estoque	4	-	4
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(8.181)	1.657	(6.524)
Aumento (Redução) de Impostos, Taxas e Contribuições	1.088	595	1.683
Aumento (Redução) Outros Passivos	31.845	5.969	37.814
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(98.353)	878	(97.475)
Atividades de investimentos			
Dividendos recebidos contra Investimento	-	-	-
Valor Bens Baixados do Investimentos	190	-	190
Valor Bens Baixados do imobilizado	3	-	3
Pagamento pela Aquisição de Imobilizado	(570)	(49)	(619)
Pagamento pela Aquisição de Intangível	(81)	-	(81)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(458)	(49)	(507)
Atividades de financiamentos			
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Acionistas	(3.794)	-	(3.794)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	296	-	296
Ajuste do exercício anterior	(266)	-	(266)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(3.764)	-	(3.764)
Diminuição (aumento) em caixa equivalentes	(1.650)	829	(821)
Variação Líquida das Disponibilidades	(1.650)	829	(821)
Saldo inicial das Disponibilidades	6.341	-	6.341
Saldo Final das Disponibilidades	4.691	829	5.520

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.15.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Sociedade sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais do contas a receber.

Provisão para contingências

A administração da Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

3.16. Demonstrações consolidadas

As demonstrações consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2013	31/12/2012
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	96.63

Processo de consolidação

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre Sociedades.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas Sociedades consolidadas.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Sociedade optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalente de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Sociedade, depósitos bancários, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor de 90 dias.

	Controladora		
	Apresentado		Reapresentado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	10.038	4.006	4.835
	10.038	4.006	4.835
	Consolidado		
	Apresentado		Reapresentado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	10.038	4.007	4.836
Banco conta movimento - Moeda estrangeira	2.125	684	684
	12.163	4.691	5.520

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Sociedade, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	Controladora			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Certificado de Depósito Bancário - CDB	455	454	207	661
Fundos de investimentos	41.637	13.650	-	13.650
	<u>42.092</u>	<u>14.104</u>	<u>207</u>	<u>14.311</u>
	Consolidado			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Certificado de Depósito Bancário - CDB	455	454	207	661
Fundos de investimentos	44.643	14.012	-	14.012
	<u>45.098</u>	<u>14.466</u>	<u>207</u>	<u>14.673</u>

As aplicações em fundos de investimentos classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalente de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgates antes do vencimento contratado, a Sociedade incorrerá em perda de rentabilidade, bem como aumento da carga tributária.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo são títulos patrimoniais que, de outra maneira, seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e gerenciada pelo seu valor justo.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

6. Clientes

O quadro abaixo demonstra os valores que as Sociedades têm a receber oriundos dos serviços prestados:

	Controladora			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Eletronorte -Termo de Acordo	-	150.056	-	150.056
Faturas a receber - nacional	17.574	5.872	7.343	13.215
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(1.046)	(1.753)	-	(1.753)
Outros contas a receber	101	1.239	-	1.239
	<u>16.629</u>	<u>155.414</u>	<u>7.343</u>	<u>162.757</u>
Circulante	16.528	153.607	7.343	160.950
Não circulante	101	1.807	-	1.807
	Consolidado			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Eletronorte -Termo de Acordo	-	150.056	-	150.056
Faturas a receber - nacional	17.574	5.872	7.343	13.215
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(1.046)	(1.753)	-	(1.753)
Outros contas a receber	101	1.239	-	1.239
	<u>16.629</u>	<u>155.414</u>	<u>7.343</u>	<u>162.757</u>
Circulante	16.528	153.607	7.343	160.950
Não circulante	101	1.807	-	1.807

Contas a receber Eletronorte

O montante a receber da Eletronorte registrada em 2012 no valor de R\$ 150.056 refere-se a valores a receber dos Danos Emergentes e Lucros Cessantes, conforme Termo de Acordo assinado em 18 de dezembro de 2012. Este acordo foi homologado pelo juízo competente, em 22 de janeiro de 2013, pela importância de R\$ 165.285, e recebido em 24 de janeiro de 2013, pelo valor de R\$ 150.056, já descontados os honorários de sucumbência, quitando a integralidade dos danos emergentes e parte dos lucros cessantes.

A composição da rubrica de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	4.558	3.756	4.558	3.756
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	3.192	350	3.192	350
De 31 a 60 dias	7.739	7.624	7.739	7.624
De 61 a 90 dias	742	-	742	-
Acima de 91 dias	1.343	1.485	1.343	1.485
	<u>17.574</u>	<u>13.215</u>	<u>17.574</u>	<u>13.215</u>

A movimentação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no exercício encerrado de 31 de dezembro de 2013 está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-
Adições	(1.753)	(1.753)
Baixa	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(1.753)	(1.753)
Adições	(1.046)	-
Baixa	1.753	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(1.046)</u>	<u>(1.753)</u>

7. Outras Contas a Receber (Controladora e consolidado)

O montante de R\$ 24.673 registrados na rubrica de serviços a faturar, representa os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. A administração da Sociedade resolveu efetuar constituição para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.252.

8. Outras contas a receber - Precatórios mantidos até o vencimento

Refere-se a ações judiciais de atualização monetária de valores recebidos em atraso, já transitado em julgado, com ganho de causa para a Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.. Por meio desta decisão judicial, a Sociedade terá o direito a receber, até o ano de 2014, o montante de R\$10.012. Para o exercício de 2012 efetuamos a provisão crédito para liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.844,

referente as parcelas vencidas. O saldo de R\$ 3.168 existente em 2012 dos precatórios da SERLA foram vendidos em novembro de 2013 para o Banco Bonsucesso com uma perda de 50% do valor dos papéis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
DER/SP	6.844	6.844	6.844	6.844
SERLA	-	3.168	-	3.168
Crédito de liquidação duvidosa	(6.844)	(6.844)	(6.844)	(6.844)
	-	3.168	-	3.168

9. Impostos a Recuperar

Referem-se a valores de impostos Municipais e Federais retidos nas prestações de serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos Municipais	133	133	133	133
Impostos Federais	2.223	1.552	2.234	1.758
Impostos Federais - IR e CS	173	-	173	-
	2.529	1.685	2.540	1.891

10. Aplicações financeiras disponíveis para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Banco Citibank S.A. - Ações Bonds	5.145	4.804	14.402	5.389
Banco Safra S.A. - Ações Bonds	2.602	2.448	2.660	3.150
Portugues - Bonds	-	-	-	372
	7.747	7.252	17.062	8.911

As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados, reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Sondotécnica Tecnologia S.A	3.343	363	-	-
Sondotécnica Internacional Co	11.609	2.527	-	-
	14.952	2.890	-	-

a) Muta  o nos investimentos, em controladas/coligadas

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Em 31 de dezembro de 2012	363	2.527	2.890
Varia��o cambial	-	809	809
A��es B��nus	-	(55)	(55)
Aumento de capital	2.613	8.888	11.501
Outros	344	-	344
Equivalência patrimonial	23	(560)	(537)
Em 31 de dezembro de 2013	3.343	11.609	14.952

Informa  es sobre as empresas controladas, com base nas demonstra  es cont  beis.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Capital social	3.282	9.976	668	1.088
Total de a��es	3.282	4.900	668	900
Patrim��nio líquido	3.368	11.609	376	2527
Lucro (prejuízo) de 2013	25	(560)	18	(989)
% de participa��o	99,31%	100,00%	96,63%	100,00%
Equivalência patrimonial em 2013	23	(560)	17	(924)

12. Imobilizado

a) Imobilizado - Controladora

		Em 31 de dezembro de 2013			
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldo líquido 31/12/2013
		Reapresentado			
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	169	46	(18)	170
Veículos	20%	211	-	-	144
Móveis e utensílios	10%	422	217	(11)	540
Aeronaves	10%	2.051	-	-	1.786
Equipamentos de informática	20%	910	540	(226)	880
		3.763	803	(237)	3.520

		Em 31 de dezembro de 2012			
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo líquido 31/12/2012
		Reapresentado			
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	143	50	-	169
Veículos	20%	92	175	-	211
Móveis e utensílios	10%	411	99	(3)	422
Aeronaves	10%	2.316	-	-	2.051
Equipamentos de informática	20%	950	294	-	910
		3.912	618	(3)	3.763

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Sociedade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Sociedade.

13. Intangível (Controladora e Consolidado)

Refere-se aos gastos com substituição de softwares e reestruturação da rede no valor de R\$802 em 2013 e R\$ 691 em 2012.

14. Fornecedores Nacionais

	Controladora			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Fornecedores	2.224	2.113	61	2.174
	<u>2.224</u>	<u>2.113</u>	<u>61</u>	<u>2.174</u>

	Consolidado			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Fornecedores	2.243	2.129	61	2.190
	<u>2.243</u>	<u>2.129</u>	<u>61</u>	<u>2.190</u>

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a sub-empreiteiros.

15. Impostos a recolher

	Controladora			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Impostos Municipais	2.161	1.459	-	1.459
Provisão IRPJ e CSLL	71	-	-	-
Impostos federais	7.448	5.478	595	6.073
	<u>9.680</u>	<u>6.937</u>	<u>595</u>	<u>7.532</u>

	Consolidado			
	Apresentado		Reapresentado	
	31/12/2013	31/12/2012	Ajuste CPC 19	31/12/2012
Impostos Municipais	2.161	1.459	-	1.459
Provisão IRPJ e CSLL	74	-	-	-
Impostos federais	7.449	5.479	595	6.074
	<u>9.684</u>	<u>6.938</u>	<u>595</u>	<u>7.533</u>

16. Contas a pagar (controladora)

O montante de R\$ 4.155 registrado na rubrica de contas a pagar, referem-se basicamente à alugueis a pagar R\$ 527, honorários advocatícios R\$ 699 e diversos a pagar R\$ 2.929. No semestre findo em 30 de junho de 2013, foi efetuado pagamento no montante de R\$ 25.367 referente à honorários advocatícios do processo movido pela Sondotécnica contra Eletronorte provisionado em 2012.

17. Parcelamentos de tributos (Controladora)

Refere-se à desistência da ação contra o Instituto Nacional da Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional em Setembro de 2006, artigos, 1º e 8º, com saldo devedor de R\$ 1.329, sendo R\$ 438, registrado no circulante na rubrica de impostos a recolher e R\$ 891 no não circulante. As ações tributárias são suportadas por depósitos judiciais. Adicionalmente, cerca de R\$ 17 referem-se à parcelamento de ISS registrado no passivo não circulante.

18. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O estatuto da Sociedade prevê o pagamento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei nº 6.404/76, ou correspondente a 10% do capital social realizado, prevalecendo o que for maior. Em conformidade com a Lei nº 10.303/01, o estatuto foi alterado através de AGE realizada em 27 de fevereiro de 2003, passando a prever que as ações preferenciais terão direito a um dividendo pelo menos 10% superior ao que for destinado às ações ordinárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos	1.472	23.384	1.472	23.384
Juros sobre capital próprio	3.243	5.257	3.243	5.257
	4.715	28.641	4.715	28.641

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda - diferido	2.090	3.573	2.090	3.573
Contribuição social sobre o lucro - diferido	768	1.302	768	1.302
	2.858	4.875	2.858	4.875

20. Provisão para contingência (Controladora e consolidado)

A administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que o saldo de R\$ 742 é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações trabalhistas e cíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	323	1.196	323	1.196
Cível	419	519	419	519
	<u>742</u>	<u>1.715</u>	<u>742</u>	<u>1.715</u>

Adicionalmente, a Sociedade tem conhecimento em processos cíveis, trabalhista e tributário ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 1.317 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.317 em 31 de dezembro de 2012).

21. Receitas a realizar

Valor registrado na rubrica de receitas a realizar no valor de R\$ 997, refere-se a antecipação do contrato de prestação de serviços do Consórcio SCC com SEA.

22. Transações com partes relacionadas

A Sociedade não mantém operações comerciais com partes relacionadas, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico.

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

Em 30 de abril de 2.013 foi aprovado em AGOE por unanimidade de votos, o aumento do capital, sem distribuição de novas ações, no valor de R\$ 17.100, mediante a capitalização de lucro e reservas, passando para R\$ 34.200. Por decisão da AGE de 10 de junho de 2.013, foram canceladas as ações da Companhia que se encontravam em tesouraria, 71.400 ações preferenciais classe A e 38.700 ações preferenciais classe B, sem redução do capital.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2013 esta representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe "A" e 817.300 preferenciais classe "B", todas sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 856.000 ações ordinárias, 856.000 preferenciais classe "A" e 856.000 preferências classe "B", sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

Ações em Tesouraria:

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sondotécnica. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Programa de recompra de ações:

A Sociedade por meio da ata celebrada em 11 de junho de 2013, aprova o programa de recompra de ações, conforme previsto no artigo 30 da Lei 6404/76, com objetivo de maximizar os valores aos acionistas, por meio de aquisição de ação para permanência em tesouraria, cancelamentos ou

posterior alienação, sem redução de capital. Até a presente data houve a recompra de 13.000 ações PNA e 5.300 ações PNB, totalizando R\$ 707. Este programa de recompra de ações terá vigência 365 dias contados de 12 de junho de 2013 encerrando-se em 12 de junho de 2014.

23.2 Reservas de lucros

a) Para contingências:

Valores retidos nos exercícios de 1996 (R\$ 6.124) e de 1997 (R\$ 4.870), por deliberação das assembleias de 1997 e 1998 e mantidos na rubrica lucros acumulados até 31 de dezembro de 2002, e por decisão da AGE de 30 de abril de 2003, foram transferidos para reservas para contingências, mais o saldo das reservas para investimento de R\$ 10.393, transferido em 2005, por deliberação da AGE de 28 de abril 2005. Totalizando R\$ 21.387, esta reserva deverá permanecer até a decisão final da ação com a Eletronorte.

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2011, do saldo remanescente do lucro do exercício de 2010, no montante de R\$ 5.243, acrescido de R\$ 1.189 da realização de reservas, e que, acrescido ainda R\$ 6.000 reversão da reserva de contingência constituída pela AGO/E de 30 de julho de 2009, o qual acrescido também do valor de R\$ 8.310 em reversão das reservas constituídas na AGO de 30 de abril de 2010 e não realizadas, totalizando, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 20.742, teve a seguinte destinação: R\$ 2.300 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 5.609 para manutenção de capital de giro; R\$ 10.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Sociedade; R\$ 1.833 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2012.

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2012, do saldo remanescente do lucro do exercício de 2011, no montante de R\$ 3.971, acrescido de R\$ 18.909 reversão da reserva de contingência constituída pela AGO de 30 de abril de 2011, totalizando, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 22.880, teve a seguinte destinação: R\$ 1.500 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 3.000 para manutenção de capital de giro; R\$ 15.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Sociedade; R\$ 2.380 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2012.

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2013, será efetuada reversão de R\$ 24.389 da reserva de contingências constituídas pelas AGOs de 30 de abril de 2003, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2012 e constituída nova provisão no valor de R\$ 16.911 para manutenção de capital de giro.

b) Reserva legal e retenção de lucros:

O Estatuto Social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, que totaliza, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 4.141, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei 6.404/76.

c) Lucro a disposição da assembleia:

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva para Investimentos

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2013, será efetuada a reversão da reserva de investimento

no montante de R\$ 17.500, constituída na AGO de 2012, e não realizadas, e constituída nova no valor de R\$ 27.500, com a seguinte destinação R\$ 11.500 para aplicação em coligadas e controladas e aquisição de empresas, R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional, R\$ 15.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Sociedade, e deduzido cancelamento das ações em tesouraria no valor de R\$ 551.

23.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial dos investimentos nas subsidiárias, Sondotécnica International Co. e dos investimentos não permanentes. Conforme Artigo 183, item I, da Lei 6.404/76, dispositivo ao qual o artigo 182, & 3º da referida lei.

24. Receita líquida de vendas (Controladora e Consolidado)

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta				
Prestação de serviços	181.597	127.788	182.152	127.788
Medições a faturar	10.173	6.745	10.173	6.745
	191.770	134.533	192.325	134.533
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre serviços	(23.779)	(15.936)	(23.779)	(15.936)
Deduções e abatimentos	(277)	(1.304)	(277)	(1.304)
	(24.056)	(17.240)	(24.056)	(17.240)
Receita líquida de venda	167.714	117.293	168.269	117.293

25. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo				
Mão de obra	52.074	40.007	52.074	40.007
Encargos trabalhista	18.192	14.324	18.192	14.324
Benefícios trabalhistas	6.042	3.791	6.042	3.791
Serviços prestados pessoa jurídica	37.806	31.441	37.806	31.441
	<u>114.114</u>	<u>89.563</u>	<u>114.114</u>	<u>89.563</u>
Despesas				
Mão de obra	6.469	4.989	6.469	6.697
Depreciação e amortização	1.114	1.102	1.114	1.102
Serviços prestados pessoa jurídica	14.914	12.859	16.136	12.028
Outros	549	-	524	-
	<u>23.046</u>	<u>18.950</u>	<u>24.243</u>	<u>19.827</u>

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita financeira				
Juros sobre capital próprio	3.500	3.500	3.500	3.500
Aplicações financeiras	6.318	2.221	6.447	2.372
	<u>9.818</u>	<u>5.721</u>	<u>9.947</u>	<u>5.872</u>
Despesas financeira				
Despesas bancárias	(261)	(130)	(263)	(130)
Juros sobre capital próprio	(3.500)	(3.500)	(3.500)	(3.500)
Juros e variação monetária	(101)	(228)	(124)	(258)
	<u>(3.862)</u>	<u>(3.858)</u>	<u>(3.887)</u>	<u>(3.888)</u>

27. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real, em 31 de dezembro de 2013, do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é como segue:

	Estimativa	Trimestral			
	31/12/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/06/2012	31/03/2012
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	33.192	6.273	(2.039)	643	2.637
Adições	57.571	3.566	2.677	5.645	3.632
Exclusão	(36.286)	(5.134)	(2.867)	(3.155)	(4.869)
Prejuízo fiscal	-	(1.411)	-	-	-
Base de cálculo	54.477	3.294	(2.229)	3.133	1.400
Aliquota 15% IRPJ	8.172	494	-	470	210
Adicional 10% IRPJ	5.424	323	-	307	134
Aliquota 9% CSLL	4.903	296	-	282	126
Total provisão	18.498	1.114	-	1.059	470
Outros	(120)	-	-	(110)	-
Total provisão despesa	18.378	1.114	-	949	470

A partir do exercício de 2013 a Sociedade passou adotar a sistemática de apuração do imposto de renda e da contribuição social pelo Lucro Real Anual.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

Até a conclusão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

28. Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Sociedade, conforme detalhado abaixo.

	Lucro básico e diluído			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado líquido	13.090	103.390	13.090	103.390
Quantidade média ponderada de ações líquida de ações em tesouraria	2.431	2.458	2.431	2.458
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações	5,38479	42,06251	5,38484	42,06251

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Sociedade, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Sociedade, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Sociedade. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Sociedade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Sociedade de clientes.

A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor máximo exposto pela Sociedade ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Sociedade corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Sociedade é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

Risco de exposição às variações cambiais

A Sociedade mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Sociedade não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

Risco de taxa de juros

A Sociedade possui aplicações financeiras conforme divulgado em notas explicativas, as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/“swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

30. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 31 de dezembro de 2013, e que o cenário possível e remoto considerou a variação de riscos de 25% a 50%, respectivamente.

Cenário Consolidado 31/12/2013

	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	10.038	2.510	5.019
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	2.125	531	1.063
Certificado de depósito bancário CDB	455	114	228
Fundo de investimentos diversos	27.582	6.896	13.791
Banco Citibank S A - ações bonds	14.401	3.600	7.201
Banco Safra S A - ações bonds	2.660	665	1.330
	<u>57.261</u>	<u>14.315</u>	<u>28.631</u>

Cenário Consolidado 31/12/2012

	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	4.006	1.002	2.003
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	684	171	342
Certificado de depósito bancário CDB	454	114	227
Precatórios	3.168	792	1.584
Banco Citibank S A - ações bonds	5.389	1.347	2.695
Banco Safra S A - ações bonds	3.150	788	1.575
Portugues - bonds	372	93	186
outros	5.101	1.275	2.551
	<u>22.324</u>	<u>5.581</u>	<u>11.162</u>

(i) Valor justo versus valor contábil

A administração entende que ativos e passivos financeiros estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	7.747	7.747	7.252	7.252
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
	<u>7.747</u>	<u>7.747</u>	<u>7.252</u>	<u>7.252</u>
	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	17.061	17.061	8.911	8.911
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	1.869	1.869	684	684
	<u>18.930</u>	<u>18.930</u>	<u>9.595</u>	<u>9.595</u>

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

Saldos em 31 de dezembro de 2013

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	1.591
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	<u>7.183</u>	<u>7.881</u>
	<u>7.183</u>	<u>9.472</u>

Saldos em 31 de dezembro de 2012

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	684
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	<u>7.252</u>	<u>8.911</u>
	<u>7.252</u>	<u>9.595</u>

31. Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
a) Benefícios de curto prazo		
• Proventos	1.104	496
• Contribuição ao INSS	291	99
Total	<u>1.325</u>	<u>595</u>
b) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui
c) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui
d) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui
e) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui

32. Seguros

A política adotada pela Sociedade é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

<u>Ativo Segurado</u>	<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor Segurado</u>
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.908
Imobilizado	Veículos	R\$	400
Imobilizado	Equipamentos	R\$	60

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Sociedade.

35. Eventos subsequente

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

* * * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Rotstein

Presidente
CPF 003.520.127-49

Cristina Coelho Madeira de
Freitas

Conselheira
CPF 665.812.147-87

Carolina Rotstein Schor

Conselheira
CPF 087.091.507-06

DIRETORIA

Jaime Rotstein

Presidente
CPF 003.520.127-49

Homero Valle de Menezes
Cortes

Diretor
CPF 241.098.357-04

Luiz Antonio M.
Santanna

Diretor
CPF 335.452.437-53

Fábio Bergman

Diretor
CPF 082.820.237-01

José Antonio Mazzoco

Diretor
CPF 694.078.608-25

Telma Regina Matias da Silva

Contadora
CRC-SP 208096/O-7 T-RJ

